

Rio Pardo: Crise hídrica, irrigação e iniciativas por um rio “vivo e corrente”

Joaci Cunha e Maicon L. de Andrade¹

O presente texto, em parte publicado na revista Alumeia (CPT), constitui uma pequena síntese da pesquisa realizado pelo Centro de Estudos e Ação Social, coordenado por seus assessores, Joaci Cunha, Maicon L. de Andrade, e por Gilca Garcia Oliveira, professora da UFBA (Grupo de Pesquisa GeografAR)², ao que, nessa versão, se agregou algumas das iniciativas desenvolvidas pelas comunidades populares da bacia do rio Pardo em defesa da água e do seu território.

O rio Pardo tem sua bacia entre os estados de Minas Gerais. Neste está a sua nascente. Na Bahia, ele desagua no Oceano Atlântico. Entre a nascente e a foz, atravessa 37 municípios, que compõem a sua Bacia Hidrográfica (BHRP), sendo 13 mineiros e 24 baianos. Ao longo da bacia vive uma população superior a um milhão de habitantes (em 2010, eram 911.708), estando 83,2% deles no estado baiano e 16,7% no estado mineiro (CENSO DEMOGRÁFICO/IBGE, 2010).

De Cândido Sales, o primeiro município a cruzar na Bahia, até desaguar em Canavieiras, o rio Pardo percorre 345 km do seu trajeto total de 565 km, mas a cada período com menos água. Não por causa exclusiva da redução das chuvas. Sim, porque agora suas águas têm donos. É o que se constata da análise de outorgas da Agência Nacional de Águas (ANA). Na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (BHRP), 89,5% do volume das águas outorgadas são utilizadas para irrigação, apenas 8,7% para abastecimento humano e 0,5% para esgotamento sanitário. Talvez, isso explique porque Cândido Sales, Encruzilhada e Itambé, como muitas outras cidades da Bacia, têm enfrentado forte crise de abastecimento.

Em dezembro de 2016, com o encontro “Os (des)caminhos da Bacia do Rio Pardo e seus afluentes: água hoje e amanhã”, organizado pelo Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, dezenas de organizações e movimentos sociais definiram atuar coordenadamente em defesa do rio Pardo. Para tanto, adotaram a metodologia de ação a partir de microbacias e dos afluentes da BHRP, além dos temas relativos a calha central do rio Pardo. Nesse encontro, um diagnóstico dos problemas foi sintetizado, apontando o desmatamento, o avanço de monocultivos e da pecuária extensiva, como questões centrais.

O desmatamento e ausência de áreas de proteção permanente, ou seja a exploração exacerbada dos rios, sem dúvida, são problemas gerais e angustiantes. Infelizmente, a situação do rio Pardo não é diferente de outros rios. Para o intervalo de 2000 e 2014, no trecho baiano do Rio Pardo, os quatro municípios que lideram a lista de maior área desmatada são Cândido Sales, Encruzilhada, Vitória da Conquista e Canavieiras (Tabela 1). Mais adiante se poderá constatar que justamente nesses municípios estão instalados os maiores projetos de irrigação da Bacia.

Tabela 1 – Municípios que mais desmataram, em ha, Bahia, 2000 a 2014

	Município	Área Município (ha)	Área Município Lei MA (ha)	% Município na Lei MA	Decremento de mata 2014-2015	Vegetação natural	% Vegetação natural
1º	Cândido Sales	162.316	162.099	99,9%	5.676	9.223	5,7%
2º	Encruzilhada	204.313	204.313	100,0%	5.350	13.146	6,4%
3º	Vitória da Conquista	319.544	278.732	87,2%	4.610	15.766	5,7%

¹ Joaci Cunha: Assessor da equipe rural do Ceas e doutor em História e professor da Universidade Católica do Salvador; Maicon L Andrade: Assessor da equipe rural do Ceas, engenheiro agrônomo, mestre em Geografia Agrária pela UFBA.

² ESTUDO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO RIO PARDO: Irrigação, monoculturas e crise hídrica. Disponível em Cadernos do Ceas, ed. N. 249, 2019. In <https://periodicos.ucs.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/529>

4º	Canavieiras	137.503	137.503	100,0%	3.541	24.666	17,9%
5º	Andaraí	189.542	183.289	96,7%	3.149	74.121	40,4%
6º	Belmonte	201.098	201.098	100,0%	2.523	33.358	16,6%
7º	Guaratinga	232.401	232.401	100,0%	2.339	33.386	14,4%
8º	Itamaraju	237.092	237.092	100,0%	2.050	45.409	19,2%
9º	Bom Jesus da Lapa	400.105	169.383	42,3%	1.895	15.283	9,0%
10º	Baianópolis	336.990	81.246	24,1%	1.712	23.003	28,3%

Fonte: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Atlas-munic%C3%ADpios-SOS-Bahia.pdf>

Em Minas Gerais, na Bacia do Rio Pardo, Curral de Dentro (1º), Águas Vermelhas (3º), São João do Paraíso (6º) e Ninheira (8º) são os municípios que mais desmataram nesse período, ampliando a perda da biodiversidade, a erosão e o assoreamento, interferindo no ciclo da água.

Tabela 2 - Municípios que mais desmataram, em ha, Minas Gerais, 2014 a 2015, em hectares,

	Município	Área Município (ha)	Área Município na Lei MA (ha)	% Município na Lei MA	Decremento de mata 2014-2015
1º	Curral de Dentro	56.826	46.457	81,8%	492
2º	Jequitinhonha	351.422	351.422	100,0%	370
3º	Águas Vermelhas	125.928	125.928	100,0%	338
4º	Gemeleiras	173.320	70.596	40,7%	325
5º	Itinga	164.962	164.962	100,0%	298
6º	São João do Paraíso	192.558	190.721	99,0%	279
7º	Mariana	119.421	119.421	100,0%	258
8º	Ninheira	110.819	110.819	100,0%	215
9º	Novo Cruzeiro	170.298	170.298	100,0%	215
10º	Minas Novas	181.240	33.627	18,6%	212

Fonte: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Atlas-munic%C3%ADpios-SOS-Minas-Gerais.pdf>

Por outro lado, cresceu enormemente a sangria do rio por projetos de irrigação. Os dados de outorgas da ANA são ilustrativos. Na Bacia do Rio Pardo são 57 outorgas em Minas Gerais, com 41,5% do volume total autorizado, e 54 da Bahia, com 58,5% do volume total, resultando em 111 outorgas. Destas, 12 registros são de uso que não retira a água do rio (“uso não consuntivo”), 95 pontos de captação e quatro pontos de lançamento.

A situação crítica vivenciada pelo Rio Pardo pode ser ouvida nos depoimentos das pessoas e observada pela baixa vazão do Rio; pelos municípios com desabastecimento; pelas outorgas com seus usos sem controle estatal, por pequenos produtores e ribeirinhos com grandes desafios para garantir a produção e a reprodução social de suas famílias.

Neste cenário, tem-se que, praticamente **90% do uso das águas do Rio Pardo**, em outorgas, **são para irrigação**. São 29 outorgas para o cultivo de **café irrigado**, num total de 46.728.818 m³/ano que **representam 64,5% de toda a água**. Quatro municípios irrigantes consomem 75,7% da água, contabilizada via outorgas da ANA, na Bacia do Rio Pardo, que são: Encruzilhada, 28,3%; Águas Vermelhas, 23,6%; Cândido Sales, 12,7% e Ninheira, 11,1%. Neste cenário, tem-se que, praticamente 90% do uso das águas do Rio Pardo, em outorgas, são para irrigação. Enfim, municípios que antes foram enquadrados como grandes desflorestadores.

Na Bahia são 38 outorgas para irrigação em nome de **28 irrigantes**, controlando 36.710.006 m³/ano, enquanto que para o abastecimento público de seis municípios, com 37.837 domicílios com rede geral de distribuição, são 5.323.237 m³/ano. Ou seja, **a irrigação usa 7,0 vezes mais água que o consumo domiciliar**.

Em Minas Gerais são 35 outorgas para 32 irrigantes, controlando 28.094.562 m³/ano, enquanto que para o abastecimento público de três municípios, com 5.670 domicílios atendidos pela rede de distribuição, são 942.076 m³/ano, ou seja, 29,8 vezes menos que apenas 32 agonegociantes, a exemplo de Nilo Coelho e outros, em Ninheira, com três outorgas que totalizam 7.881.470 m³/ano, e Mauro Eurípedes Rocha Mendes, em Águas Vermelhas, com 3.736.240 m³/ano, em duas.

De acordo com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rio Pardo e Indaiabira, há uma concentração de 4 barramentos neste último município, que usariam água do Rio Pardo para irrigação, embora não constem no cadastro da ANA. Os responsáveis seriam: Ronaldo Pena (café), Natalício (café), Faz Rio Dourado (agora arrendam para plantio de batata), Empresa Patativa (café). Também em Taiobeiras, Lucas, Januário, Candido e Davi (todos irrigantes de café), igualmente, não possuem cadastro na ANA.

Em toda a Bacia do Rio Pardo, portanto, tem-se que 64.804.568 m³/ano são usados para irrigação, enquanto apenas 6.265.313 m³/ano destinam-se para abastecimento público. **Enfim, 60 irrigantes usam 10,3 vezes água, que os 43.507 mil domicílios**, com rede de distribuição e abastecidos pelo Rio Pardo, dos dois estados, como se vê na tabela adiante.

Outro aspecto decisivo para o sequestro das águas do Pardo se ligam a existência da Barragem de Machado Mineiro, MG, cuja gestão do reservatório é feita tendo em primeiro plano as necessidades dos irrigantes. Além disso, estes construíram antes do lago de Machado Mineiro **21 mini-barramentos particulares**. De acordo com testemunhas, os barramentos não tem válvula de fundo, e três deles foram multados porque estavam aumentando seu volume de forma irregular. São autorizados pela ANA, mas, ilegalmente, usam chapões para aumentar a água represada para a irrigação.



Barragem do Machado Mineiro – Município de Águas Vermelhas – MG. Arquivo: CEAS/2018

Todavia, em que pese todas as evidências acima, na percepção do senso comum, a responsabilidade da crise hídrica recai prioritariamente sobre as empresas de distribuição de água, EMBASA, na Bahia, e COPASA, MG. Não que elas não tenham que se redimir da falta de investimentos. Porém, a falta d'água dessas empresas na torneira mascara, junto à população, a natureza real do problema. As questões que precisam ser discutidas são: Para onde está indo a água que falta no chuveiro ou na horta? Quais são as prioridades no uso da água? Porque não há gestão e controle sociais dos seus usos?

Iniciativas e lutas populares: Anúncio de um “rio vivo e corrente”

Esse diagnóstico é a expressão do domínio do agrohidronegócio no campo, onde os saques das águas e dos bens comuns são vivenciados pelos camponeses, que habitam esse território desde há muito tempo. Esta região, desde a década de 70 vem sendo impactada por diversos projetos de monocultivos e barragens orquestrados pelo Estado brasileiro e empresas privadas, reduzindo ao longo do tempo o acesso popular às suas necessidades básicas para a reprodução da vida material e imaterial.

Por outro lado, a riqueza natural desta região, como os pequis, óleos de buriti, a cagaita, as saborosas cachaças, o capim dourado, a mandioca, os queijos, as rapaduras, os mariscos e peixes,

ainda faz parte das expressões de vida das comunidades locais. Essa base social, apesar das dificuldades, se reproduz por processos de luta e enfrentamentos ao longo deste tempo, e anuncia um outro modo de produzir a vida nesse território. Como exemplos dessas lutas e desses anúncios, entre os anos de 1980 e 2014, as comunidades camponesas reconquistaram cerca de 37.000 hectares de terra, através de diversos movimentos sociais de luta pela terra, tanto na parte média da bacia (BA), na parte alta da bacia (MG). Nesta, além de reconquistas territoriais, no início dos anos 2000, o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais impediu a construção de uma barragem no rio Pardo, no município de Berizal. Na parte baixa da bacia (BA), em 2006, a mobilização de pescadores e marisqueiras, contribuiu para a criação da Reserva Extrativista no município de Canavieiras.

Experiências econômico-produtivas também fazem parte deste anúncio, expressos pela Cooperativa Grande Sertão Veredas (MG), a Associação de Produtores e Produtoras de Cana-de-Açúcar e derivados do município de Itarantim e os produtos agroecológicos da Mata de Cabruca produzidos pelo Movimento CETA (ambos da Bahia). Esses são alguns exemplos de um modo de viver e produzir harmônico com os bens comuns da região. Mais recentemente, iniciativas de mapeamento e cercamento de nascentes, como as lideradas por jovens e mulheres da comunidade de Cachoeira, que dá nome a um importante afluente do Rio Pardo no município de Ribeirão do Largo (BA), ampliou o anúncio de um rio pardo vivo e corrente.



Mutirão de cercamento de nascentes na comunidade de Cachoeira – Município de Ribeirão do Largo(BA)/2019. Arquivo CEAS

O legado destas lutas e das experiências vivenciadas pelas comunidades e grupos desde o ano de 2015, contribuiu para a criação da Articulação e Defesa do Rio Pardo, composta por Agricultores Tradicionais, Geraizeiros/as, Extrativistas, Quilombolas, Indígenas, Acampados, Assentados de Reforma Agrária, Pescadores/as, Marisqueiras, Estudantes, Pesquisadores/as, Ong's, Igrejas, Organizações e Movimento Sociais do Campo e da Cidade, experimentando um processo de discussão e gestão popular da bacia, articulando os grupos sociais populares no campo e na cidade para defender a água e os bens de uso comuns na Bacia do Rio Pardo, anunciando saberes e práticas do Bem Viver e denunciar a morte progressiva do rio, suas causas e consequências para a sociedade.

São estas experiências históricas de resistências e de ações concretas para a defesa do rio, o fio de água que une os diversos grupos e organizações do campo e da cidade que habitam esta região da bacia, ecoando e defendendo o **RIO PARDO VIVO E CORRENTE!**

